

ARTIGOS

NOTÍCIAS FALSAS, INCORRETAS E INCOMPLETAS:

Os desafios dos jornalistas em busca
da retificação voluntária. A experiência
espanhola

Copyright © 2012
SBPjor / Associação
Brasileira de
Pesquisadores em
Jornalismo

ANTONIO LÓPEZ HIDALGO
Universidad de Sevilla

ÁNGELES FERNÁNDEZ BARRERO
Universidad de Sevilla

RESUMO - Os jornalistas devem verificar as informações fornecidas por suas fontes. Contudo, alguns fatores como a precariedade no trabalho, o imediatismo e a credibilidade que eles dão, sobretudo às fontes institucionais, leva os jornalistas a não verificarem a informação. Vários códigos de conduta recomendam a obrigação de corrigir a informação assim que se descobre que um erro não-intencional foi cometido, mas os jornalistas não gostam de reconhecer seus próprios erros, nem de corrigi-los publicamente. Essas circunstâncias afetam a qualidade do discurso e também a credibilidade dos meios de comunicação. Ombudsmen preenchem parcialmente essa lacuna. Como resultado, fragmentos de notícias falsas, equivocadas, erradas ou enviesadas são publicadas por jornalistas, contrariando as regras de verdade e honestidade, sendo raramente retificadas por iniciativa própria. O artigo analisa a cobertura das armas de destruição em massa do Iraque, na qual, como em um jogo de imitação, o mesmo erro foi sendo repetido em diferentes meios e em diferentes países, apesar de alguns jornais prestigiosos publicarem um pouco usual pedido de desculpas.

Palavras-chave: Credibilidade. Retificação voluntária. Informação precisa. Qualidade do jornalismo. Ética.

NOTICIAS FALSAS, INCORRECTAS E INCOMPLETAS: los retos que deben enfrentar los periodistas en el proceso de rectificación voluntaria. La experiencia española.

RESUMEN - Los periodistas deben contrastar la información suministrada por sus fuentes informativas. Sin embargo, algunos factores como la precariedad laboral, la premura con la que se elaboran las informaciones y la credibilidad que se le da a las fuentes, principalmente a las institucionales, propician que el periodista no verifique ni contraste sus informaciones. La mayoría de los códigos de conducta recomiendan la obligación de corregir la información tan pronto como se ha detectado el error involuntario, pero a los periodistas no les gusta reconocer sus propios errores, y mucho menos corregirlos de forma pública. Estas circunstancias afectan a la calidad del discurso periodístico y la credibilidad de los periodistas y medios de comunicación. Los defensores de la audiencia suplen, en parte, este vacío. Como consecuencia, se generan, involuntariamente, informaciones erróneas o falsas, parciales o inventadas, y el periodista pocas veces rectifica el error por iniciativa propia. Este artículo analiza la cobertura periodística del tema de las armas de destrucción masiva en Irak, en el que, siguiendo un proceso de imitación, el mismo error fue reproducido por diferentes medios en diferentes países, aunque algunos periódicos prestigiosos publicaron una inusual disculpa pública.

Palabras clave: Credibilidad. Rectificación voluntaria. Información precisa. Periodismo de calidad. Ética.

FALSE, INACCURATE AND INCOMPLETE NEWS: challenges facing journalists in voluntary rectification. The Spanish experience

ABSTRACT - Journalists must verify information provided by their sources. However, factors such as job precariousness, urgency and the credibility they give to mainly institutional sources mean that journalists do not verify information. Most codes of conduct recommend the duty to correct information as soon as an unintentionally committed error is discovered, but journalists dislike recognising their own errors and even more so correcting them publicly. These circumstances affect adversely the quality of discourse and the credibility of mass-media. Ombudsmen partially bridge this gap. As a result, false, mistaken, wrong or biased pieces of news are published and journalists, against the rules of truth and honesty, rarely rectify on their own initiative. This article analyses the coverage of Iraq's weapons of mass destruction, in which the game of mimicry saw the same mistake repeated in different media and in different countries, although prestigious newspapers published an unusual public apology.

Keywords: Credibility. Voluntary rectification. Accurate information. Journalism quality. Ethic.

Introdução

Em meados do século XIX, houve carência de notícias, especialmente as verdadeiras e verificáveis. No entanto, os avanços tecnológicos tiveram uma influência marcante no direcionamento do jornalismo informativo, por conseguinte, no século XXI, o fluxo de notícias é notável e, algumas vezes, excessivo, uma vez que a existência de escritórios e sucursais favorece o jornalismo baseado em fontes, que é claramente associado, no dia a dia, com o que veio a ser chamado de "jornalismo de asserção" ou "jornalismo ele/ela disse que". A mídia audiovisual, que consiste em um tipo programado de jornalismo, também facilitou esse processo, com as opiniões das fontes funcionando como suporte para novos gêneros. É, ainda, um jornalismo devotado à substanciação, em que os jornalistas confiam cegamente em fontes do tipo institucional ou confidencial.

De vez em quando, o jornalista publica informações incorretas ou falsas, porque foi manipulado pela fonte ou por não ter obtido dela o acesso à documentação correta. Nesse caso, o leitor afetado tem o direito à retificação. O ombudsman do leitor, por sua vez, intercede entre o repórter e o público com o objetivo de esclarecer uma informação incorreta. Porém é raro, excepcionalmente raro, o jornalista retificar a informação por iniciativa própria. Também é

verdade que esse tipo de retificação mostra-se contraprocudente, pois pode levar as pessoas que não haviam lido o texto que foi retificado a se interessarem por ele em um segundo momento. Por essa razão, a retificação paradoxalmente contribui para a verdadeira propagação do fato que se buscou refutar.

Nosso objetivo neste artigo é promover uma reflexão teórica sobre esses temas, a partir da informação fornecida por diferentes fontes. A revisão da literatura acadêmica permitirá estabelecer um quadro capaz de cobrir o tema do artigo e analisar suas múltiplas tendências e perspectivas. Além disso, analisaremos a cobertura do episódio das armas de destruição em massa no Iraque, um caso que mostra um comportamento uniforme adotado pela imprensa que persistiu no erro reafirmando a existência dessas armas.

Considerações sobre a verdade nas notícias

Bill Kovach e Tom Rosenstiel, autores de *Os Elementos do Jornalismo* (2007), escreveram um princípio partilhado por todos: a de que a primeira obrigação do jornalismo é com a verdade. Eles acrescentam que: "existe uma unanimidade absoluta e também a mais completa confusão: todo mundo concorda que os jornalistas devem dizer a verdade. Apesar disso as pessoas se mostram meio zonzas com o significado do termo 'a verdade'" (KOVACH; ROSENSTIEL, 2007, p. 36).

Certamente, os jornalistas nunca estão muito certos sobre quando falam a verdade. Por isso, Kovach e Rosenstiel (2007, p. 41) condenam esses profissionais por sua passividade, pelo fato de serem meros registradores dos eventos, mais do que seletores e editores, além de indicarem que, originalmente, não eram os jornalistas que deveriam ser objetivos, mas os métodos utilizados. Com o passar dos anos, alguns deles substituíram essa obrigação de buscar a verdade, pois, na maioria dos casos, ela poderia ser trocada pela imparcialidade e pela equidade. Entretanto, nenhum dos dois procedimentos é suficiente, uma vez que a imparcialidade é um conceito abstrato e subjetivo, assim como o é a equanimidade.

Nos últimos anos, a imprensa também optou por uma interpretação baseada em opinião. Por isso, no século XXI, a verificação e a síntese devem se tornar os novos anjos da guarda dos jornalistas. Como afirmam Kovach e Rosenstiel (2007), a necessidade pela verdade é maior neste novo século, devido ao fato de o potencial

pela boataria ser bem maior.

Em *Blur: How to Know What's True in the Age of Information* (Obscuridade: Como Saber o que é Verdade na Idade da Informação), Kovach e Rosenstiel (2010) detêm-se na importância da verificação, na checagem dos fatos pela mídia e nas evidências como método de reportagem, como “o formato do conhecimento cético”. Eles destacam um método pelo qual os cidadãos podem eles mesmos discernir a verdade, em um contexto no qual a mídia enfrenta um dilúvio de notícias portáteis, personalizadas e participativas.

Assim, qualquer um pode se tornar um editor, assumindo a responsabilidade por testar uma evidência ou checar as fontes apresentadas nas matérias noticiosas, decidindo o que é importante saber e que tipo de material é confiável. Esse método requer seis passos: identificar a natureza do conteúdo que está sendo consumido (jornalismo de verificação, de declaração, de afirmação, dos grupos de interesse ou de agregação); identificar se um relato noticioso está completo; já os passos três e quatro lidam com as fontes: quem são elas, e qual a natureza de evidência na qual ela é baseada; o quinto consiste em considerar em que momento existe uma explicação alternativa para o fato; e, finalmente, em explorar até que ponto a notícia está fornecendo algo que necessitamos.

Niceto Blázquez (1994, p. 208-212) enfatiza o conceito de verdade e afirma ela que se efetiva quando os receptores aprendem a verdade por meio da mídia. Em outras palavras, é a verdade ou o reflexo da realidade aquilo que o informador apura e comunica às pessoas como a mais confiável possível, utilizando, para isso, os meios de comunicação. Ele distingue, contudo, entre informar objetivamente (fazer referência às coisas em seu próprio contexto, sem manipulação ou distorção) e ser verídico (o que pode não coincidir necessariamente com as coisas na forma exata como elas estão em seu estado puramente objetivo). Para isso, Blázquez infere que esse conceito sempre se refere à realidade na medida em que ela é conhecida. Isso torna a verdade um conceito analógico, que pode ser contado a partir de diferentes realidades.

Mas o jornalista nem sempre está presente quando o evento a ser reportado acontece. Ele está condicionado ou sujeito à versão que as fontes de informação vão oferecer sobre o evento. Desse modo, o acesso a certas informações será sempre influenciado pelas fontes. O jornalista publica sobre a realidade que ele conhece ou que é fornecida pelas fontes.

Blázquez (1994) justifica esse papel do jornalista pelo fato de ele resguardar sua honestidade moral sendo verdadeiro, narrando os fatos da forma como os entende após realizar investigação e verificação adequadas; contudo, o que é dito pode não ser necessariamente a verdade absoluta. A veracidade, em vários casos, é tudo aquilo o que é moralmente possível e, logo, é essa a salvaguarda da honestidade do jornalista.

Até o momento, discutimos o processo de verificação antes da publicação de uma matéria noticiosa. Nesse caso, o jornalista pode errar sem intenção, seja porque foi mal informado, seja por suas fontes o terem enganado ou por terem fornecido informação incorreta. O problema reside no fato de que esse profissional geralmente não verifica a informação fornecida pela fonte, ele atribui a ela um crédito ilimitado; mas o compromisso da fonte nem sempre é fundamentado pela mesma relação de honestidade do jornalista.

Pode ser que esses jornalistas, pressionados pela necessidade de produzirem notícias, não tenham tempo suficiente para comprovar e verificar fatos, dados, números, comentários ou datas; mas também, em outras instâncias, quando a informação vem à tona, ele detecta a armadilha e checa se a notícia é incorreta, incompleta ou falsa.

Nesse sentido, o jornalista faz a publicação de boa fé, acreditando que o fato noticiado é confiável. Em seguida, mesmo quando sabe que estava errado, não retifica a informação. No entanto, o jornalista deveria aspirar contar a verdade e, quando está errado, a retificação seria a forma mais apropriada de corrigir o erro. Assim, por não querer fazer a correção, ele engana. Como destaca Blázquez (1994), um informante que não é confiável, engana. A partir de então, ele perde o direito de informar. Cometer um erro pode ser eticamente correto, enganar deliberadamente nunca o é.

Desinformação por parte das fontes

A melhor fonte de informação é o evento ou o fato em si, afirma Alba Sánchez, em um artigo em *El Nacional* chamado *A armadilha*, publicado em 23 de novembro de 2004. Se o jornalista está presente quando o fato aconteceu, não há problema: ele é, ao mesmo tempo, testemunha e fonte de tudo o que acontece. Mas nem sempre é assim e, como explica Burgueño (1997), o jornalista não tem o dom da ubiquidade e é justamente aí que reside o dilema.

Como consequência, ele deve confiar em suas fontes, embora nem todas sejam confiáveis.

A esse respeito, Casals Carro (2005, p. 109) corretamente afirma que a relação do jornalista com as fontes é o principal problema do jornalismo. É verdade que esse profissional vale-se das fontes de informação para produzir o seu próprio texto. Em alguns casos, poder-se-ia dizer que essas seriam as condições rotineiras do trabalho do produtor de informação e que essa é sua atitude em relação aos fatos, especialmente quando está preocupado com a perda do acesso à informação fornecida pelas fontes das quais faz uso no seu dia a dia.

Em nenhum dos casos, porém, o uso das fontes de informação impede os profissionais de espalharem rumores, doutrinação, desinformação, pseudoeventos, balões de ensaio, furos ou notícias inventadas, incorretas, incompletas, enviesadas ou falsas. Nesses momentos, o jornalista tende a não substanciar ou verificar o conteúdo das fontes, sobretudo se elas são públicas ou institucionais. Ele deposita toda sua confiança nelas e os repórteres têm se tornado, por conta disso, mais relapsos. Como explicam Kovach e Rosenstiel (2010, p. 78), "somente as credenciais não são suficientes".

As condições do mercado de trabalho certamente influenciam nas rotinas de produção, visto que a insegurança no emprego tem levado o jornalista a adotar uma atitude mais passiva e confortável, mas também menos comprometida. O resultado torna-se palpável nos temas tratados, na qualidade das fontes utilizadas na produção das matérias, na qualidade da redação e no uso de um número restrito de gêneros jornalísticos.

Mas, acima de tudo, está o fato de que, nos diferentes meios, é limitado o número de retificações que o jornalista dirige ao público por iniciativa própria, já que ele não é culpado quando está errado. Nas palavras de Niceto Blázquez (2005, p. 208-212), o jornalista protege sua integridade moral apenas quando é confiável e quando narra os fatos que conhece após investigação e verificação adequadas. Entretanto, o que ele diz não é necessariamente a verdade objetiva absoluta, que é algo ideal, a veracidade é o que é moralmente possível em vários casos, e, portanto, o que protege a honestidade do jornalista.

Apesar de o jornalista apurar fatos incorretos, cometer erros não-intencionais, narrar apenas uma parte da realidade que ele conhece, sua honestidade continua intacta. E se após a informação

ser publicada, detectar o erro, a mentira, a ficção, a fraude, ele não tem o hábito de retificar fatos e opiniões. Como explicam Kovach e Rosenstiel (2010, p. 119), ninguém pede muito mais que uma correção quando uma análise está errada. Nesse sentido, uma mea culpa ainda costuma ser feita em casos de erros mais simples, estilo preto no branco, mesmo se alguns deles forem mais inocentes (erros de grafia, de identificação ou e-mails incorretos).

Blázquez (1994) é categórico sobre esse ponto, quando diz que, com o objetivo de compensar os vícios involuntários de forma objetiva, os códigos de conduta recomendam o dever de fornecer informações corretas, tão logo um erro não-intencional é descoberto. Um produtor de informação confiável pode errar, mas ele não pode ser moralmente acusado de ludibriar o público se não cometer uma negligência intencional e se está pronto para retificá-la.

No entanto, se o jornalista não retifica uma notícia incorreta que já foi publicada, ele pode ser acusado de negligência ou de enganar o público? A verdade sobre uma notícia até pode ser publicada aos poucos, em prestações, mas isso deve ser feito, uma vez que a retificação é própria aos sábios, mas isso também é verdade para os jornalistas.

Muito provavelmente, como apontam Kovach e Rosenstiel (2007), a raiz do problema é que o jornalista não percebe que a objetividade é a principal ferramenta para dar eficiência ao seu método de trabalho, por isso deve ser subjetivo, honesto e desconfiado, não considerando uma informação fornecida por uma fonte como definitiva e boa. Por essa razão, deveria pedir à fonte por mais corroboração, evidência e prova, o tanto que ele considerar necessário para comprovar e verificar os fatos que estão sendo agregados ao conjunto da notícia.

A desinformação e o caso da cobertura das armas de destruição de massa no Iraque

Ainda é útil perguntar, por exemplo, em que medida os jornalistas norte-americanos cumprem sua obrigação quando trataram das declarações feitas pelo então presidente Bush sobre a existência de armas de destruição em massa (ADM) no Iraque, e mesmo quando, logo em seguida, teria sido mostrado que tais armamentos não existiam.

É claro, foi Bush quem fez as declarações e é ele o

responsável por elas. Contudo, esse tipo de lógica levanta um questionamento: seria função do jornalista apenas comparecer a uma entrevista coletiva e repetir tudo o que foi dito ali, sem solicitar outro tipo de documentação ou a verificação do que tem sido dito? Naquele caso, nenhum deles fez isso.

O jornalismo declaratório é uma rua sem saída na qual os profissionais deveriam ser aconselhados a evitar. Hoje, podemos apenas imaginar quantos jornalistas e empresas jornalísticas estavam realmente convencidos da possibilidade de não existir as ADMs. O tempo passou, mas a questão ainda precisa ser respondida.

A Espanha fez parte da coalizão de forças que invadiu o Iraque, argumentando que ele possuía armas de destruição em massa e que representavam uma ameaça à segurança internacional. Para reforçar esse argumento, no dia 5 de fevereiro de 2003, o então secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, esforçou-se para apresentar aos meios de comunicação evidências irrefutáveis que demonstravam o perigo representado pelo Iraque. Desse modo, a imagem de Powell apareceu com um pano de fundo composto por fotos de satélite e gráficos.

De acordo com uma reportagem publicada na Espanha por El País, em 07 de fevereiro de 2003, “nos Estados Unidos, os principais jornais do país deram grande credibilidade aos argumentos de Colin Powell, e assumiram como fato a absoluta falta de disposição do regime de Saddam Hussein em cooperar com as Nações Unidas”, enquanto, “na Europa, mais importância foi atribuída à natureza pouco convincente das evidências apresentadas”. Três dias depois, Bush anunciou que o Iraque havia treinado a Al Qaeda no uso de armas químicas e biológicas.

No entanto, o argumento sobre a existência de ADM no Iraque já vinha sendo preparado durante meses. Na Europa, por exemplo, vários veículos haviam publicado um manifesto pouco usual na imprensa, no dia 30 de janeiro daquele mesmo ano, o qual foi assinado por oito chefes de estado europeus (Espanha, Portugal, Itália, Reino Unido, Hungria, Polônia, Dinamarca e República Checa) e divulgado com o título: “Estamos Unidos” (United We Stand). Esse documento trazia a seguinte declaração: “Nossa meta é resguardar a paz e a segurança mundial, assegurando que esse regime desista de ter armas de destruição em massa”.

Quanto ao texto, originado a partir da iniciativa do The Wall Street Journal, foi produzido no âmbito da campanha orquestrada

para justificar a guerra. Nos Estados Unidos, a administração Bush encarregou-se de distribuir essa mensagem por meses; ela apareceu em diários de prestígio como o *The New York Times*, e foi repedita por jornalistas especializados, como Judith Miller.

Para Massing (2004), o caso das notícias sobre as ADMs foi significativo, porque aponta para um comportamento uniforme e mimético da imprensa:

O contraste entre o entusiasmo da imprensa a partir da guerra e a sua suavidade antes dela destaca um dos eventos mais entrincheirados e perturbadores da história do jornalismo norte-americano: sua mentalidade de bando. Editores e repórteres não gostam de divergir de forma tão acentuada do que todos os demais estão escrevendo. Quando um presidente é popular e um consenso prevalece, jornalistas desistem de desafiá-lo.

Nesse jogo de mimetismo, a mídia manteve o mesmo erro em quase todas as áreas, em um exemplo de “clericalismo”, termo adotado pelo repórter Homer Bigat para definir a “prática da aceitação acrítica da versão oficial dos fatos” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2010, p. 27).

Bill Kovach (apud EKAIZER, 2005) sustenta que os grandes jornais, que desempenharam um papel crítico outrora, decidiram, por razões políticas e financeiras, adotar um princípio básico: não se levantaram contra o governo George Bush no assunto do Iraque; ou, colocando isso de outra forma, quase sempre deram ao governo o benefício da dúvida durante as preparações para a guerra, tendo como pano de fundo os atentados de 11 de setembro que ainda explicavam o papel que a imprensa desempenhava ao apoiar Bush durante as preparações para a invasão ao Iraque. “Os ataques foram usados pela administração Bush para sensibilizar a mídia [...]. Sabemos que essa foi uma operação cuidadosamente calculada” (EKAIZER, 2005, p. 32).

Assim, a atmosfera patriótica afetou mesmo os jornais de prestígio, como o *The New York Times* e o *Washington Post*. Para os neoconservadores, o 11 de setembro foi a oportunidade de outros defenderem essa postura por ocasião da guerra contra o Iraque, segundo John J. Mearsheimer e Stephen M. Walt (2006), da Universidade de Harvard, que também destacaram a influência do lobby israelense e dos neoconservadores na política externa dos Estados Unidos e na imprensa norte-americana.

Com a desculpa de que o Iraque possuía ADM, a coalizão de forças internacionais, liderada pelos Estados Unidos, invadiu o país em 20 de março de 2003, sob o slogan da Operação Liberdade Iraquiana.

Na Espanha, o governo adotou fielmente a linha da administração Bush e o primeiro-ministro Aznar manteve enfaticamente, em várias entrevistas para a TV, o fato amplamente divulgado pela imprensa, de que as armas existiam. “Você e todos que estão assistindo podem estar certos de que estou falando a verdade”, ele insistiu, por exemplo, em uma entrevista transmitida em 13 de fevereiro daquele ano no canal Antena 3 e acrescentou: “O regime iraquiano possui armas de destruição de massa; ele mantém laços com grupos terroristas e já demonstrou em sua história que é uma ameaça a todos nós”.

A mídia espanhola, que estava ideologicamente alinhada à oposição do governo, se declarou abertamente contra a intervenção no Iraque, “A guerra contra o Iraque não é apenas indesejável, ela pode ser evitada”, disse El País no editorial ‘Iraque, uma guerra indesejável’, publicado em 26 de janeiro de 2003. “Pela primeira vez, um governo democrático na Espanha está aderindo a uma guerra que não é apoiada ou autorizada por nenhuma organização internacional, seja ela global, como as Nações Unidas, seja ela regional, como a OTAN e os EUA, no caso de Kosovo”, conforme o editorial ‘Caminhando em direção a uma Guerra Ilegal’, de 18 de março de 2003. Contudo, ela não fez uso de recursos suficientes para investigar a existência de ADM – nem mesmo quando já era conhecido, em janeiro de 2003, que inspetores da ONU, após cinco semanas de busca, não haviam encontrado nada; e quando as declarações de El-Baradei (o então diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA) tiveram algum impacto na Europa, na medida em que questionavam a validade das evidências apresentadas pelo governo Bush sobre a existência de ADM no Iraque.

O relatório, ignorado pela administração Bush, não teve impacto suficiente nos EUA ou na Europa para mobilizar a opinião pública ou para tornar a mídia defensora de uma agenda de interesse público em vez de difusora da agenda política. A esse respeito, Susan D. Moeller (2004), do Centro de Estudos sobre Segurança Internacional da Universidade de Maryland, mostra que a mídia teve a propensão de situar em um mesmo patamar todos os tipos de informação, dando muito mais crédito aos argumentos da administração Bush, falhando, então, em promover pontos de vista destoantes.

A pressão da mídia espanhola sobre a coalizão de forças, em vista da possibilidade de manipulação das evidências contra o Iraque no que se refere à existência das ADM, ganhou força nos veículos mais liberais alguns meses após a invasão do Iraque,

quando os primeiros ecos da imprensa internacional foram sentidos e quando os partidos de oposição começaram a pressionar o governo por explicações.

Em 17 de maio de 2003, Ernesto Ekaizer, um jornalista do El País sugeriu, em um texto intitulado “O Mistério das ADM”, que “seguindo um considerável número de falsos rumores, não houve o menor sinal das armas que foram brandidos como a ameaça que precisava ser eliminada por meio da guerra”. Ekaizer insiste que houve uma guerra de propaganda sobre o tema das ADM, que começou na quinta-feira, 5 de fevereiro, com a entrevista coletiva de Powell. Quatro meses depois, em setembro, El País anunciou que “1.400 investigadores norte-americanos foram incapazes de encontrar evidências de armas de destruição em massa” (25 de setembro de 2003), apesar da insistência do governo espanhol pela verdade da história.

De fato, em seu discurso dirigido ao Congresso dos Estados Unidos, o primeiro ministro Aznar manteve a ideia de que “a ameaça das armas de destruição em massa era real” (El País, 25 de fevereiro de 2004). Em fevereiro de 2004, El Mundo compilou uma lista das dez ocasiões em que Aznar destacou enfaticamente essa ameaça.

Em outubro de 2004, as primeiras notícias aparecem falando que os EUA não foram capazes de encontrar ADM, a partir de um relatório de especialistas designados para rastrear o arsenal iraquiano. A equipe foi liderada por Duelfer, da CIA, que declarou que Saddam queria, mas não conseguiu, produzir ADM e que o potencial nuclear do Iraque foi reduzido, e não aumentado, desde a Guerra do Golfo, em 1991.

Entretanto, foi apenas em janeiro de 2005 que os Estados Unidos abandonaram sua busca por ADM, após dispensarem as unidades responsáveis por encontrar tais arsenais. E apenas em 2007 o ex-primeiro-ministro Aznar admitiu, pela primeira vez, que não existiam ADM no Iraque, por ocasião de uma conferência em Madrid. “Meu problema é que eu não fui esperto o suficiente para saber disso mais cedo. Ninguém sabia²”, disse.

Sobre o papel desempenhado pela mídia nesse evento, Bob Woodward (EKAIZER, 2007), o jornalista que investigou o escândalo do Watergate com seu colega Carl Bernstein, disse que era extremamente difícil para um jornalista em 2003 encontrar provas sobre a incorreção ou falsidade da asserção sobre a existência de ADM no Iraque, porque isso iria requerer uma investigação sobre

essas armas no território iraquiano antes da guerra – algo que Saddam não teria permitido –, mesmo reconhecendo que eles erraram por não terem escavado mais fundo. A mídia também errou por confiar demais nas fontes sociais, abusando do “jornalismo de asserção” e pela falta de mais jornalismo interpretativo, que poderia ser capaz de traçar precedentes, estabelecer conexões entre diferentes fragmentos de informação, analisar os possíveis interesses norte-americanos e antecipar prováveis consequências tendo em vista que a complexa realidade internacional foi sufocada pelos fatos.

Kovach e Rosenstiel (2010, p. 44) consideram que a falta de informação no caso das ADM mostra os efeitos extremos do jornalismo de asserção, no qual a cultura noticiosa, a tecnologia, os deadlines, os rumores, as insinuações, as hipóteses, a velocidade, a passividade e a cultura do imediatismo induzem a erros comuns. Por isso, assertivas deveriam ser fundamentadas com evidências.

o jornalismo de verificação tende a priorizar dados corroborados em evidências (a regra de comprovação por duas fontes), verificando as informações na multiplicidade de fontes e buscando empiricamente por provas. Os autores recomendam um método chamado “ignorância portátil” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2010, p. 103), desenvolvido por Homer Bigart no Vietnã, que trabalha com uma grande quantidade de questões simples e segue a trilha das respostas até conhecer mais sobre a situação do que qualquer outra pessoa.

Ramonet (2005) discute por que os principais meios de comunicação nos Estados Unidos não verificaram ou questionaram a declaração feita pela administração Bush. Ele explica que o agente de campo da CIA, Robert Baer, contou como o sistema de manipulação de notícias funcionou: “O Congresso Nacional do Iraque obteve a informação de falsos desertores e repassou-a ao Pentágono”. Esse Congresso deu essa mesma informação aos jornalistas, dizendo:

Se você não acredita nisso, ligue para o Pentágono. Foi dessa forma que eles conseguiram criar uma espécie de sistema de circuito-fechado com essas notícias. O The New York Times era, portanto, capaz de dizer que tinha duas fontes de informação sobre as ADM no Iraque. A mesma coisa aconteceu com o The Washington Post. Os jornalistas não fizeram nenhuma tentativa de aprofundar a apuração. No entanto, os títulos dos editoriais pediam que eles apoiassem o governo. Como patriotas (RAMONET, 2005).

Alguns meios de comunicação também discorreram sobre esses assuntos e pediram desculpas aos seus leitores. A direção do

The New York Times, nesse caso, fez uma mea culpa. Após rever o material publicado no prelúdio da guerra e nos primeiros estágios da ocupação, publicaram o artigo “O Times e o Iraque” (“The Times and Iraq”), em 26 de maio de 2004. Nele, diziam ocasionalmente que: “o que era controverso na época, e parece questionável hoje, havia sido qualificado de forma insuficiente ou teve permissão de continuar [a ser publicado] sem ser questionado”. O *The New York Times* continuava dizendo que, “olhando para trás, nós desejaríamos ter sido mais agressivos ao reexaminar quando as demandas por novas evidências emergiam – ou falharam em emergir”.

Os editores, no entanto, insistiram que os erros foram institucionais e não individuais: “Alguns críticos da nossa cobertura, no decorrer no tempo, se preocuparam em acusar os repórteres individualmente. Nosso exame, contudo, indica que o problema era mais complicado. Editores em vários níveis que deveriam ter sido desafiados pelos repórteres e pressionados a assumirem uma postura mais cética foram, talvez, muito precipitados em buscarmos dar um furo”.

Quatro dias depois, o ombudsman do jornal, Daniel Okrent, publicou uma análise bastante crítica intitulada “Armas de Destruição em Massa? Ou de Distração em Massa?” (30 de maio de 2004), na qual apontou que a cobertura dos jornais sobre o Iraque, nos meses que precederam a invasão e nas semanas seguintes, foi “parcial” e “ingênua”. Okrent (2004) analisa a prática que levou o *The Times* ao seu desventurado caminho e destaca fatores como: a busca pelos furos, a síndrome da primeira página, o jornalismo do bate-e-foge (a história mais surpreendente, a que precisa ser revisitada com mais frequência) e a recorrência a uso de fontes anônimas (algo fundamental, mas que também pode ser perigoso). Também diz que “o próprio *The Times* foi usado para promover astutamente essa campanha (em referência às táticas utilizadas por aqueles que promoveram as histórias sobre as ADM) e isso explica a responsabilidade institucional do jornal, e imputar isso apenas à Miller é também inexato e injusto”.

Apesar disso, vários especialistas em mídia criticaram o papel dos jornalistas do *The New York Times*. Durante a guerra, Judith Miller esteve “embedded³” em uma unidade militar especial cuja missão era encontrar os armamentos; e Michael R. Gordon, um correspondente da área de defesa, foi responsável pela cobertura da invasão.

Michael Massing (2004) acusa Miller de ter depositado

confiança demais em Ahmed Chalabi como fonte, bem como em outros exilados iraquianos claramente conspiradores e que ofereceram à Casa Branca e ao Pentágono os argumentos necessários à invasão do Iraque. Mas, antes disso, os veículos *Slate*, *The Nation*, *Editor & Publisher*, *American Journalism Review*, e o *Columbia Journalism Review* já haviam publicado artigos acusando-a de ser ávida demais em aceitar as versões oficiais antes mesmo da guerra; e posteriormente, de ser muito entusiástica em relatar a descoberta de armamento proibido.

Bill Kovach assegurou aos leitores, em uma entrevista publicada em *El País* (EKAIZER, 2005), que, se as notícias de autoria de Judith Miller tivessem sido submetidas a uma investigação similar à que foi feita com o trabalho de Jayson Blair, teria-se chegado à mesma conclusão. De fato, Jayson Blair deixou o jornal em 2003, após uma investigação interna que mostrou que a maior parte das suas matérias continha trechos fraudados: um processo sistemático de fraude das notícias que consistiu em cópias, plágios, invenções, exageros e falsificações de vários textos, alguns deles publicados na capa do jornal.

Além do *The New York Times*, o *The Washington Post* também integrou a lista de veículos norte-americanos que pediram desculpas. Nesse caso, foi uma iniciativa pessoal do repórter Howard Kurtz (2004), que cobre o tema da mídia e que também publica a coluna 'Notas sobre a Mídia' (Media Notes) em vários dias da semana, no site do jornal. O artigo ataca o Post por ter falhado em fazer um escrutínio vigoroso das declarações da administração Bush sobre as supostas ADM no Iraque e também por ter relegado os artigos que contestavam a Casa Branca às páginas internas do jornal, onde elas receberiam menos atenção e causariam menor repercussão.

A mea culpa pública mostra um exemplo interessante e pouco usual de integridade e responsabilidade. Na Espanha, esse tipo de arremedo não aconteceu, por isso, não houve a publicação das desculpas de forma evidente, apesar de o ombudsman de *El País* afirmar, em 5 de abril de 2009, em referência a esse e outros assuntos, que "nós, jornalistas, nunca devemos esquecer que nossa primeira obrigação é procurar a verdade e que isso é baseado em fatos, não em versões que endossam cegamente estratégias propagandísticas".

O professor Labio (2005) sustenta que o conflito no Iraque é uma prova de que a manipulação pode assumir várias formas, pois além de a mentira sobre as armas de destruição em massa ter sido

escondida (o jornal alemão Die Tageszeitung revelou que o governo norte-americano removeu de 8.000 a 11.800 páginas do relatório original sobre as ADM submetido pelo governo do Iraque aos Estados Unidos), esforços foram feitos para censurar a apuração de informações (pouco antes da invasão a Bagdá, o Pentágono solicitou que os jornalistas deixassem a capital iraquiana), uma vez que houve controle dos jornalistas enviados ao conflito (o que assegurou a inclusão de informantes “embedded” nas unidades militares) e omissões foram feitas (como no caso dos relatos de violação dos direitos humanos e de assassinato a jornalistas).

No Iraque, milhares de civis e mais de 200 jornalistas morreram, de acordo com a ONG francesa Repórteres sem Fronteiras – inclusive o repórter cinematográfico do canal espanhol Telecinco, José Couso, e o correspondente do El Mundo, Julio Anguita Parrado. E, como em outras guerras, a primeira causalidade foi a verdade.

Informação verídica e a diligência do jornalista.

Em um interessante artigo chamado “Informação verídica e a diligência do jornalista” (Información veraz y diligencia del periodista), publicado pelo jornal ABC, em 14 de janeiro de 2002, o professor de Direito à Informação Luis Escobar de la Serna (2002, p. 64) aponta que, nos casos em que a exatidão é fundamental, a Suprema Corte da Espanha não exige fatos absolutamente incontrovertíveis, mas requer que o informante seja diligente na investigação dos mesmos.

Por causa disso, ele adverte que a publicação de informações incorretas é inevitável em uma discussão aberta. Isso significa que, se a “verdade” for imposta como uma condição para o reconhecimento pela lei, a única forma de garantir uma salvaguarda legal ao jornalista seria o silêncio. O autor reconhece, que a narrativa do evento ou a matéria noticiosa envolve a participação subjetiva do autor em dois momentos: primeiro, na forma como ele interpreta as fontes utilizadas para elaborar a matéria; e, segundo, ao decidir como lidar como isso de forma que a notícia consista em um trabalho amplo de reconstrução ou de interpretação dos fatos reais.

Em termos do dever do jornalista e do seu veículo para com a investigação da veracidade da informação a ser comunicada, De la Serna (2002) nota que informação verdadeira, conforme o artigo 20.1d) da constituição espanhola, significa uma informação checada de acordo com as normas do profissionalismo do meio noticioso, e

isso exclui invenções, rumores e insinuações.

De forma similar, o autor destaca que, para a Suprema Corte da Espanha, a obrigação do informante em ser diligente também pode ser efetivada quando ele retifica uma informação incorreta. Nesses casos excepcionais, ele acrescenta, quando (DE LA SERNA, 2002, p. 64) “o dever do informante e sua responsabilidade estão sendo investigados (Acórdão 40/1992 da Suprema Corte), é importante não perder de vista a subsequente correção da informação publicada”.

Na verdade, o acréscimo de uma retificação, se for produzida de forma espontânea e por iniciativa do autor da informação ou do veículo que publicou a notícia, ou ainda pela direção da parte afetada, é claramente algo “revelador da atitude do jornal ou do jornalista na busca pela verdade do que já havia sido reportado” (DE LA SERNA, 2002, p. 64)

Sobre o assunto, Camilo Osorio Isaza, procurador-geral da Colômbia, escreveu que todos os profissionais, e particularmente os comunicadores, “carregam uma bagagem moral, que adquire sentido e mérito baseados na ciência que cada um possui em torno do valor de sua dignidade pessoal” (ISAZA, 2003).

São raras as ocasiões em que o erro torna-se o elemento proeminente da cobertura desses eventos. O jornalista, sentindo-se acuado e destruído, deve fazer correções, da melhor forma e o mais rápido possível, antes que o público estabeleça com ele uma desconfiança eterna. Osorio Isaza acredita que com, a admissão pública dos erros e com a adoção da clareza e da transparência, a credibilidade pode ser conquistada. O leitor obviamente aprecia esse nível de sinceridade.

Também não pode ser esquecido que a retificação é um mecanismo que garante a oportunidade de oferecer a verdade completa dos fatos, mesmo que ela seja destrinchada e levada ao público em duas ocasiões. No final das contas, o resultado da retificação torna-se uma credencial de autenticidade e de responsabilidade.

A retificação pode se mostrar contraprocedente?

De vez em quando, a retificação não corrige plenamente a situação de nenhum daqueles que foram considerados afetados de forma negativa pela cobertura. Algumas vezes, a retificação também pode ser contraprocedente. É essa a opinião de Casasús (2001a), que considera que: “Alguns leitores, que não leram o texto que foi

retificado, passam a ter interesse nele. Nesse caso, a retificação paradoxalmente contribui para a propagação do que originalmente deveria ser refutado”.

Ele insiste que esse efeito colateral deveria ser considerado quando um jornalista está preparado para retificar, mas acrescenta que isso não deveria evitar “o tônico de retificação a ser administrado se a pessoa afetada acredita que isso é o seu melhor interesse” (CASASÚS, 2001b). Todavia, ele afasta qualquer dúvida posterior ao afirmar que:

A retificação de qualquer coisa que a mídia disseminar é um direito que protege a todos. Mas, mais do que qualquer coisa, é uma obrigação moral, um princípio ético, um comprometimento deontológico que os repórteres devem respeitar, com ou sem leis para regulá-los. Retificação é um dever fundamental (CASASÚS, 2001b).

A retificação em alguns momentos pode ser contrapropedente, mas, em qualquer caso, as consequências de tomar a atitude oposta, ou seja, de se recusar a retificar, podem ser ainda mais dolorosas. Com frequência, como aponta Desantes (1976), uma notícia publicada deixa de ser verdade, não porque ela é absolutamente falsa, mas porque ela foi publicada prematuramente (DESANTES, 1976, p. 115).

Isso costuma acontecer com mortes que já são esperadas. E é ainda mais comum na mídia digital, quando a pressão pelo imediatismo e pela atualização do conteúdo é maior, embora a urgência já tenha pregado peças em veículos da mídia impressa e audiovisual. Por exemplo, quando a TVE e a CNN+ anunciaram a morte da cantora Rocío Jurado dois dias antes de ela realmente falecer, ou ainda quando a CNN+ reportou a morte do Papa João Paulo II enquanto ele ainda estava morrendo.

Existem vários exemplos de mortes prematuras publicadas, inclusive, na primeira página. Por exemplo, em sua edição online de 29 de dezembro de 2006, o jornal El País publicou em sua capa “Fidel Castro morre”. O site do elpais.com manteve a manchete em sua home page por alguns minutos, tempo suficiente para que isso fosse detectado e reportado. El País retificou o erro apagando o título, mas não ofereceu nenhuma explicação sobre ele. Para um jornal de referência como ele, esse tipo de explicação poderia causar um dano menor à credibilidade.

Cronkite (1996, p. 63) lamenta que a imprensa esteja

perdendo credibilidade em boa parte por conta da sua falta de exatidão. O que ele pede é que se tenha, acima de tudo, a capacidade de corrigir e retificar erros, e que essa correção seja dada com a mesma proeminência que o erro. Aguilar também escreveu algo similar:

Alguns dias atrás, um jornal publicou que um famoso jogador de futebol aposentado estava sendo investigado por suposta lavagem de dinheiro de drogas. Dias depois, o jogador em questão refutou a informação ponto a ponto. A notícia havia sido publicada em quatro colunas em uma página ímpar; a refutação ficou escondida como uma carta ao editor. Enquanto esse tipo de situação não mudar, nós não seremos creíveis (AGUILAR, 2004, p. 8).

Em busca de uma cultura de retificação

As situações descritas aqui não novidade na história do jornalismo. É o que mostra um trecho do mais antigo documento de normas na área da ética profissional no jornalismo: Os Princípios Internacionais⁴, aprovados pela Assembleia Geral da Unesco, em 21 de novembro de 1983. O quinto artigo desse código estabelece o seguinte: “A natureza da profissão demanda que o jornalista promova o acesso da informação ao público e a participação do público na mídia, inclusive o direito de correção ou retificação e o direito de resposta”.

Outro código de conteúdo com abrangência extraterritorial é a declaração da conduta profissional adotada pela Federação Internacional de Jornalistas⁵, e que também é bastante categórica: “O jornalista deve fazer o máximo para retificar qualquer informação publicada que possa ser prejudicialmente incorreta”.

Ao falar sobre catástrofes humanitárias e tragédias, Hugo Aznar faz referência à ética jornalística e entende que, especialmente em situações como essas, mais do que em quaisquer outras circunstâncias, o jornalista precisa estar ciente dos aspectos éticos dos quais estamos fazendo referência. Ele afirma que:

As demandas éticas por comprometimento e qualidade no jornalismo tornaram-se cada vez mais fundamentais em uma situação de crise. Das obrigações fixas – como a checagem de notícias ou sua atribuição e retificação imediata – à aplicação dessas obrigações necessárias em situações especiais. A lógica de serviço nessas situações deve permanecer mais do que nunca no trabalho da mídia (AZNAR, 2005, p. 88).

Dentre outros documentos, é necessário fazer uma última

referência ao Manual de Estilo Jornalístico do Fórum de Imigração da Associação de Jornalistas de Viscaya (ASOCIACIÓN DE PERIODISTAS DE BIZKAI, 2000) para proteger a cultura, os direitos e a imagem dos imigrantes nas notícias. O documento (IMMIGRATION FORUM, 2000) declara:

Retificações de informação que façam referências diretas ou indiretas a imigrantes não residentes na União Europeia deveriam ser aceitas como parâmetro e como prática benéfica para a imprensa. A retificação deve ser espontânea e imediata. Devemos nos mover em direção a uma cultura da retificação.

Quanto aos manuais de redação utilizados por diferentes jornais, devotam um espaço significativo ao assunto da retificação; contudo, não abrem o espaço que o assunto merece e com a clareza necessária. Vários manuais de redação fazem referência apenas à errata e a aspectos menores em que se levantam questões como o do dever do jornalista de fazer a retificação.

Persistir no erro é algo que o jornalista faz

Dentre outras funções, todos os ombudsmen deveriam estar atentos para que essas normas sejam adotadas, a fim de lembrar as pessoas de que elas existem e promover a prática dessas obrigações profissionais mesmo se isso “não for sempre aceito com tranquilidade como ponto passivo por aqueles que deveriam cumpri-las” Essa é a opinião defendida por Casasús (2001b), que reconhece que esse é um fenômeno generalizado. Ele lembra que, durante o encontro dos ombudsmen em Paris, ficou claro que “existe um jornalista ocasional em qualquer redação que ainda reage grosseiramente e fica na defensiva quando é confrontado com o dever básico da retificação” (CASASÚS, 2001b).

O seu predecessor nessa posição em La Vanguardia, Roger Jiménez, explica - em uma entrevista com Daniel Capella para a revista Capçarella, em abril de 1994 - esse tipo de comportamento adotado pelos profissionais: “Ninguém gosta de ver o seu próprio nome associado a um erro, mas temos de estar conscientes de que todos cometemos erros e que temos de superar o medo excessivo de admitirmos isso na Espanha”.

De la Serna, antigo ombudsman do El País, expressa-se nos mesmos termos em uma declaração publicada pelo Diario de Navarra, no dia 5 de novembro de 1993: “Quando eu entrava na redação com um pedaço de papel, via as pessoas me olharem e passarem com

uma expressão de alívio enquanto eu seguia em frente. Ninguém gosta de ser reconhecido por ter cometido um erro e, muito menos, se isso for publicado”.

De fato, os jornalistas não gostam de reconhecer seus próprios erros e muito menos de corrigi-los publicamente. Basta folhear um jornal para confirmar que retificações feitas por jornalistas por iniciativa própria são muito pouco usuais e quase nunca acontecem. Até certo ponto, os ombudsmen do setor audiovisual restabeleceram essa responsabilidade que os profissionais da notícia têm negligenciado em seu dia a dia. Contudo, o trabalho deles muitas vezes consiste em pouco mais que uma discussão das nuances de estilo, oferecendo explicações sobre as notícias publicadas, corrigindo títulos confusos, entre outros.

Existe outro complicador: na Espanha, poucos veículos possuem esse tipo de ombudsman; não apenas porque o papel desempenhado pelos ombudsmen pode, dessa forma, compensar a falta de retificações na mídia espanhola, é mais do que isso: os profissionais não parecem particularmente determinados em consertar essa situação distorcida. Provavelmente exagerando em sua explicação, o ombudsman do jornal sensacionalista *The Sun* disse ironicamente sobre seus colegas de profissão: “Errar é humano, persistir no erro é algo que apenas jornalistas fazem”. Javier Darío Restrepo, ombudsman dos leitores em *El Colombiano*, escreve que:

O jornalista insiste em seu erro por vaidade; e acha que perderá a reputação profissional se admitir que estava errado, ou se recusar-se resolutamente a revisar os argumentos sublinhados em sua matéria porque está obstinadamente convencido de que eles estão certos; ou pelo medo de ser disciplinado pelos superiores. Independente da razão, a persistência no erro não é típica do jornalista, é a exceção que comprova a regra (RESTREPO, 2002).

O professor Hugo Aznar, da Universidade de Valência, também observa o posicionamento tomado pela mídia e pelos profissionais com o propósito de uma mudança de atitude:

Na medida em que a mídia deixa escapar a credibilidade atribuída a ela pelo público, tem sido uma política padrão fazer o possível para cobrir os erros. No entanto, o resultado dessa política é contraproducente. O público termina ficando com uma imagem menos positiva da mídia e dos integrantes da profissão, que passam a ser vistos como um dos mais arrogantes e ineptos grupos quando o assunto é reconhecer suas faltas. Atitudes requerem mudanças. Tendo em vista que o trabalho da mídia é escrutinar outras instituições, não fica claro

- e o público percebe isso - do porquê de eles se excluírem de uma saudável prática da crítica (AZNAR, 1999, p. 176).

Restrepo (2002) crê que o leitor parou de acreditar na infalibilidade dos jornais por conta de pessoas ou instituições que escondem os seus erros e evitam admiti-los. Nessa perspectiva, o Código de Prática da Press Complaints Commission, uma entidade independente e autorregulatória da imprensa britânica, destaca que qualquer informação incorreta, enganosa ou distorcida “deveria ser prontamente corrigida com a devida proeminência”, e também que seria apropriado “a publicação de uma desculpa” (PRESS COMPLAINTS COMMISSION, 2011).

Restrepo (2002) entende que o jornal oferece um produto intangível: exatidão e credibilidade. Ele, portanto, acrescenta que:

[...] toda vez que uma notícia sem exatidão atinge os leitores, a obrigação dos jornais é de corrigi-la, clarificá-la ou retificá-la da forma mais clara e efetiva como faria um fabricante de carros quando precisasse substituir um pneu defeituoso. Não há recompensa para esse tipo de ato. Trata-se de um ato de justiça porque o cliente precisa ser contemplado com o produto que foi oferecido a ele. E o leitor é um cliente que está comprando exatidão e credibilidade.

Conclusões

A implementação da cultura da retificação é algo que desejamos, em teoria, como resultado de uma longa jornada, mas não é possível ir a lugar nenhum a não ser que a profissão se ressinta.

Os jornalistas que trabalham nos meios de comunicação devem buscar rejeitar o jornalismo declaratório e passivo, condenar as entrevistas coletivas em que certas questões não são permitidas; eles deveriam rejeitar o papel de simples porta-vozes das instituições e assumir a bandeira da objetividade como um método e da subjetividade ética e honestidade como ferramentas necessárias à promoção da verdade.

Para que esse cenário materialize-se, é necessário estimular a comprovação e a verificação dos fatos e sua retificação nos casos em que as fontes noticiosas nos enganarem ou quando fizermos algo de errado.

NOTAS

- 1 No original, “On this there is absolute unanimity and also utter confusion: everyone agrees journalists must tell the truth, yet people are befuddled about what ‘the truth’ means”. Nesse caso, optamos por transcrever a citação diretamente da edição brasileira do livro: KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. Os elementos do jornalismo. São Paulo, Geração Editorial, 2003, p. 61, (Nota do Tradutor).
- 2 A frase foi dita durante uma conferência realizada em Pozuelo de Alarcón (Madrid) sobre o livro *El camino a la democracia en España* (El Mundo, 08/02/2007).
- 3 A tradução literal seria algo como “embutido”, “encaixado”. O termo “embedded”, entretanto, tem sido utilizado no Brasil em inglês para fazer referência ao formato de cobertura utilizada na guerra do Iraque em que os jornalistas deslocavam-se junto com as tropas enquanto elas avançavam na conquista do território iraquiano (NT).
- 4 Os Princípios Internacionais de Ética Profissional no Jornalismo foram preparados como um espaço internacional comum e como uma fonte de inspiração para os códigos de ética nacionais e regionais, de forma a serem promovidos autonomamente por cada organização profissional se utilizando dos meios e das formas que se mostrassem mais adequadas para si e seus membros.
- 5 A Federação Internacional dos Jornalistas adotou a Declaração de Princípios de Conduta dos Jornalistas da FIJ durante o Segundo Congresso Mundial, em Bordeaux, em abril de 1954. O Código foi reformado no 18º Congresso da FIJ, em Helsingör, em junho de 1986.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, J. La credibilidad de los periodistas. *Diario de Sevilla*. Comentário Seção, 29 de janeiro de 2004, p. 8.
- ASOCIACIÓN DE PERIODISTAS DE BIZKAI. Foro de la Inmigración y Asociación de Periodistas de BizKai: Manual de Estilo Periodístico. Viscaya, 5 de abril de 2000, 3p. Disponível em: http://www.giemic.uclm.es/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1125&Itemid=60. Acesso em: 07 de dezembro de 2012
- AZNAR, H. *Comunicación responsable*. Barcelona: Ariel, 1999.
- AZNAR, H. *Ética de la comunicación y nuevos retos sociales. Códigos y recomendaciones para los medios*. Barcelona: Paidós, 2005.

AZNAR, et al. United We Stand. Wall Street Journal, 30 de Janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.opinionjournal.com/extra/?id=110002994>. Acesso em: 26 de maio 2011.

BLÁZQUEZ, N. Ética y Medios de Comunicación. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1994.

BLÁZQUEZ, N. Ética y Medios de Comunicación”, Disponível em: <http://www.opinionjournal.com/extra/?id=110002994>. Acesso em: 6 de abril de 2005]

BURGUEÑO, J. M. Fenomenología de la invención en el periodismo informativo. Tese de Doutorado. Universidade Complutense de Madrid, Espanha, 1997.

CASALS CARRO, M.J. Periodismo y sentido de la realidad. Teoría y análisis de la narrativa periodística. Madrid: Fragua, 2005.

CASASÚS, J. M. Unos derechos ante la prensa. Observatório da Imprensa. n. 119. 2001a. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/voz020520012.htm>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2003.

CASASÚS, J. M. Rectificar es de periodistas. Observatório da Imprensa. n. 127. 2001b. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/voz270620015.htm>. Acesso em: 9 de fevereiro de 2004.

CRONKITE, W. A Reporter's Life. New York: Alfred Knopf Inc Publication, 1996.

DESANTES, J. M. G. La verdad en la información. Valladolid: Diputación Provincial de Valladolid, 1976.

EKAIZER, E. Cometí un error al no investigar más sobre las armas de destrucción masiva. El País. Entrevista com Bob Woodward, Suplemento de Domingo, 4 de fevereiro de 2007, p. 11-12.

EKAIZER, E. La prensa compró las “mentiras nobles” de Bush. El País. entrevista com Bill Kovach, 6 de fevereiro de 2005, p. 32.

LA SERNA, L. E. de. Información veraz y diligencia del periodista. ABC. 14 de Janeiro de 2002. p. 64.

IMMIGRATION FORUM. Manual de Estilo Periodístico. 2000. Disponível em:

<http://www.periodistasvascos.com/imagenes/inm.pdf>

ISAZA, O. L. C. Congress of the Republic of Bogota . Speech by Attorney General of Colombia Dr Luis Camilo Osorio Isaza, at the Ethics in Journalism Forum. 12 de junho de 2003. Disponível em: <http://www.fiscalia.gov.co/pag/divulga/Decla02/foroetica.htm>. Acesso em: 17 de março de 2006.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. The Elements of Journalism. New York: Three Rivers, 2007.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. *Blur: How to Know What's True in the Age of Information*. New York: Bloomsbury Publishing USA, 2010.

KURTZ, H. *The Post on WMDs: An Inside Story*. *The Washington Post*. 12 de agosto de 2004. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A58127-2004Aug11.html>. Acesso em: 27 de maio de 2012.

LABIO, A. *Poder y Manipulación Informativa. Una aproximación desde el pensamiento crítico. Razón y palabra*. n. 43. Fev./Mar. 2005, Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n43/alabio.html> Acesso em: 31 de maio de 2012.

MASSING, M.: *Now They Tell Us*. *The New York Review of Books*. 26 de fevereiro de 2004. Disponível em: <http://www.nybooks.com/articles/archives/2004/feb/26/now-they-tell-us/>. Acesso em: 25 de maio de 2012.

MEARSHEIMER, J.; WALT, S. *El lobby israelí y la política exterior estadounidense*. Faculty Research Working Papers Series. Harvard University, John F. Kennedy School of Government. Buenos Aires, 2006. Disponível em: http://www.laeditorialvirtual.com.ar/pages/Mearsheimer_Walt/ElLobby.htm. Acesso em: 07 de dezembro de 2012

MOELLER, S. D. *Media Coverage of Weapons of Mass Destruction*. Philip Merrill College of Journalism, University of Maryland, College Park. 9 de março de 2004. Disponível em: http://www.cissm.umd.edu/papers/files/wmdstudy_full.pdf

PRESS COMPLAINTS COMMISSION. *Editor's code of practice*, 2011. Disponível em: <http://www.pcc.org.uk/cop/practice.html>. Acesso em: 07 de dezembro de 2012.

RAMONET, I. *Medios de comunicación en crisis*. *Le Monde Diplomatique*. 10 de janeiro de 2005. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.es/2005/01/ramonet.html>. Acesso em: 7 de janeiro de 2008.

RESTREPO, D.: *La caída de los dioses infalibles*. *El Colombiano*. 12 de Janeiro de 2002. Disponível em: <http://elcolombiano.terra.com.co/defensor/ediciones/enero12-02.html>. Acesso em: 9 de fevereiro de 2004.

OKRENT, D.: *Weapons of Mass Destruction? Or Mass Distraction?* *The New York Times*. 30 de maio de 2004. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2004/05/30/weekinreview/the-public-editor-weapons-of-mass-destruction-or-mass-distraction.html?pagewanted=all&src=pm>. Acesso em: 20 de maio de 2012.

THE NEW YORK TIMES: *The Times and Iraq*. *The New York Times*. 26 de maio de 2004. Disponível em: http://www.nytimes.com/2004/05/26/international/middleeast/26FTE_NOTE.html?pagewanted=all. Acesso em: 20 de maio de 2012.

Agradecimentos

A tradução para o português do presente artigo foi realizada pelo Professor Fábio Henrique Pereira, da Universidade de Brasília, a quem agradecemos.

Antonio López Hidalgo é doutor em jornalismo pela Universidade Complutense (Madrid, Espanha), professor de Escrita Jornalística no II Departamento de Jornalismo, na Universidade de Sevilha (Espanha). E-mail: lopezhidalgo@us.es

Ángeles Fernández Barrero é doutora em Jornalismo pela Universidade Complutense (Madrid, Espanha), professora de Escrita Jornalística no II Departamento de Jornalismo, na Universidade de Sevilha (Espanha). E-mail: mfernandez10@us.es

RECEBIDO EM: 06/10/2011 | ACEITO EM: 02/10/2012